

**MUNICÍPIO DE VILA MARIA**

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE VILA MARIA

Ata nº 013/2026

1 Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, na
2 sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal, situada na Rua Irmãos Busato, nº 450,
3 Centro, no Município de Vila Maria – RS, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos
4 do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor de Vila Maria – FAPS, devidamente
5 convocados na forma regimental, para a realização de reunião ordinária, a fim de deliberar sobre
6 a ordem do dia previamente estabelecida. Estiveram presentes: Renata Ferrari, Gilvâni Carlos
7 Bido e Dinorá Salete Dalmagro, havendo quórum pleno para deliberação. Inicialmente foram
8 apresentadas as comunicações recebidas e expedidas, avisos, proposições e documentos de
9 interesse do Comitê, destacando-se: o Ofício Circular DCF nº 026/2026 do Tribunal de Contas
10 do Estado do Rio Grande do Sul contendo recomendações aos gestores dos Regimes Próprios
11 de Previdência Social quanto a investimentos em fundos de renda fixa de aplicação automática
12 com taxas de administração elevadas e diretrizes para aplicação eficiente de recursos de caixa;
13 a proposta financeira da empresa Águia Educação e Soluções Executivas LTDA, CNPJ nº
14 53.439.116/0001-98, para realização de curso preparatório para certificação dos dirigentes,
15 conselheiros e membros do Comitê de Investimentos do RPPS, na modalidade presencial - *in*
16 *company*; convite para o treinamento promovido pela Empresa DH Educação, a ser realizado
17 em Passo Fundo no dia 13 de julho de 2026; bem como informações relativas ao curso
18 preparatório para certificação promovido pela Empresa EPCI, a ser realizado em Porto Alegre
19 nos dias 03, 04, 05 e 06 de agosto de 2026. Na sequência, foi apresentada a resposta ao Ofício
20 expedido pelo Conselho de Administração solicitando informações acerca dos processos
21 judiciais envolvendo o RPPS, por meio do qual foi requerido o encaminhamento de dados
22 atualizados sobre demandas judiciais em tramitação que possam gerar obrigações financeiras
23 presentes ou futuras ao Fundo, para fins de acompanhamento e análise pelo colegiado. Passou-
24 se à ordem do dia. Foi apresentada a Conjuntura Econômica e Financeira referente ao mês de
25 maio de 2026, elaborada pela assessoria de investimentos do RPPS. Analisou-se o cenário
26 econômico nacional e internacional, marcado por incertezas geopolíticas, inflação ainda acima
27 da meta e manutenção de postura cautelosa pelos bancos centrais. No âmbito nacional,
28 destacou-se o crescimento da atividade econômica, o comportamento da inflação e a
29 continuidade do elevado patamar da taxa básica de juros, fatores que seguem favorecendo os

**MUNICÍPIO DE VILA MARIA**

30 investimentos em renda fixa. Verificou-se que a carteira apresentou rentabilidade mensal de
31 1,05%, proporcionando rendimentos no valor de R\$ 569.852,28 no mês de maio. No acumulado
32 do exercício de 2026, a carteira registra rentabilidade de 5,7767%, correspondente a R\$
33 2.960.811,21 em rendimentos acumulados, superando a meta atuarial do período, que
34 corresponde a 5,75%, atingindo 100,47% da meta estabelecida. O patrimônio líquido dos
35 investimentos encerrou o mês em R\$ 54.652.287,09, permanecendo integralmente aplicado em
36 ativos de renda fixa, todos enquadrados na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de
37 Investimentos do RPPS. Destaca-se que, apesar do ambiente de volatilidade nos mercados
38 internacionais, das incertezas geopolíticas, das pressões inflacionárias e das questões fiscais
39 internas, a estratégia conservadora adotada pelo RPPS mostrou-se adequada, preservando o
40 patrimônio previdenciário e proporcionando rentabilidade compatível com os objetivos do
41 regime. Após análise e debates, os membros manifestaram-se favoravelmente ao relatório
42 apresentado, registrando a adequação da carteira ao cenário econômico vigente e aos objetivos
43 de segurança, liquidez e rentabilidade do RPPS. Dando continuidade à pauta, foi analisada a
44 necessidade de resgate de recursos para o pagamento dos proventos de aposentados e
45 pensionistas referentes à competência de junho de 2026, no montante de R\$ 266.301,23. Os
46 membros do Comitê examinaram o estudo técnico encaminhado pela assessoria de
47 investimentos, elaborado com base na atual distribuição da carteira do RPPS, no cenário
48 econômico-financeiro e nas disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, o qual apresentou
49 alternativas de resgate compatíveis com a necessidade de disponibilização imediata dos
50 recursos. Conforme a análise apresentada, foram avaliados os fundos BB IDKA 2 Títulos
51 Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Previdenciário, CNPJ:13.322.205/0001-
52 35 e CAIXA BRASIL IMA-B 5 Títulos Públicos RF LP, CNPJ 11.060.913/0001-10,
53 considerando critérios de liquidez, disponibilidade financeira, rentabilidade histórica,
54 enquadramento legal e impacto na estratégia da carteira de investimentos. O Comitê observou
55 que ambos os fundos se encontram enquadrados no art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº
56 5.272/2025, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais, o que garante elevada
57 segurança e aderência à Política de Investimentos do RPPS. Entretanto, verificou-se que o
58 fundo da Caixa apresentava desempenho consistente, com rentabilidade acumulada de
59 aproximadamente 5,85% no ano, 11,81% em 12 meses e 21,22% em 24 meses, resultados
60 equivalentes e, em alguns períodos, superiores aos das demais alternativas analisadas,
61 preservando a eficiência da gestão dos recursos previdenciários. Na análise do cenário
62 macroeconômico, foram ponderadas as informações apresentadas pela assessoria, destacando-



MUNICÍPIO DE VILA MARIA

63 se a manutenção da taxa Selic em patamar elevado (14,25% ao ano), as expectativas de inflação
64 ainda acima da meta, bem como o ambiente de maior volatilidade nos mercados, refletido pela
65 recente oscilação do Ibovespa em razão da queda das commodities e das incertezas quanto à
66 condução da política monetária. Nesse contexto, concluiu-se que a preservação da liquidez,
67 aliada à manutenção da exposição em ativos de renda fixa lastreados em títulos públicos
68 federais, representa estratégia prudente e compatível com os objetivos do RPPS. Diante dessas
69 considerações, e considerando a necessidade de disponibilização imediata dos recursos, a
70 menor interferência na estratégia de alocação da carteira, a adequada relação entre liquidez,
71 risco e rentabilidade e a observância à Política de Investimentos e ao enquadramento legal, os
72 membros deliberaram, por unanimidade, pela realização do resgate do valor de R\$ 266.301,23
73 junto ao CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RF LP, CNPJ 11.060.913/0001-
74 10, destinado ao pagamento da folha de benefícios da competência de junho de 2026. Na
75 sequência, foi realizada avaliação das atividades desenvolvidas durante o período de mandato
76 dos atuais membros do Comitê, destacando as ações realizadas pelo colegiado ao longo do
77 período, o fortalecimento das práticas de governança, a busca pela qualificação contínua e o
78 compromisso com a sustentabilidade financeira e atuarial do RPPS, bem como, os avanços
79 obtidos na gestão e no acompanhamento das atividades do RPPS. Por fim, foi analisada a
80 relação dos membros com direito ao recebimento da gratificação prevista na legislação
81 municipal aplicável. Considerando os registros de participação e frequência nas atividades do
82 Comitê, deliberou-se pelo pagamento da gratificação a Dinorá Salete Dalmagro que atende aos
83 requisitos legais e regimentais. Ficou ainda deliberado que as decisões tomadas na presente
84 reunião serão formalmente encaminhadas ao Conselho de Administração para adoção das
85 providências administrativas e operacionais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se
86 a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que, lida e achada conforme, será assinada pelos
87 membros presentes.